

Edição: fevereiro/2017

INFORMATIVO

**Sindicato dos Servidores do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
SINDSIFCE - SS - SINASEFE**



Filiado à CSP Conlutas • www.sindsifce.com.br • [facebook/sindsifce.sinasefe](https://facebook.com/sindsifce.sinasefe) • Telefone: (85) 3223.6370

SINDSIFCE e servidores firmes na luta contra a reforma da Previdência

O Sindicato dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (SINDSIFCE) e as trabalhadoras e os trabalhadores da instituição estão atentos e firmes na luta contra a reforma da Previdência que o governo Temer tenta impor a todo o País, com retirada de direitos históricos e assegurados por lei e com um conjunto de medidas tão negativas que podem significar até mesmo o fim dos direitos previdenciários, para a maioria da população.

A Diretoria Colegiada do SINDSIFCE alerta que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287, que impõe a Reforma da Previdência em termos extremamente negativos, é um golpe cruel contra o trabalhador e representa um retrocesso histórico. Caso a proposta seja aprovada como está, a idade mínima para aposentadoria será elevada para 65. A proposta também obrigará muitos brasileiros a trabalhar pelo menos 49 anos pra se aposentar. Será, na prática, o fim da aposentadoria, para milhões de brasileiros.

Tanto entre os trabalhadores do serviço público quanto da iniciativa privada, a avaliação é unânime: disfarçada de reforma, está é, na verdade, uma tentativa de acabar com a previdência social pública no Brasil, o que deixaria um enorme mercado à disposição dos bancos, com seus "produtos" de previdência privada – para quem pode pagar, é claro.

Sob fortes ataques que incluem a veiculação de mentiras sobre um suposto "rombo da Previdência", que na verdade é superavitária, são gravíssimos os riscos contra os princípios fundamentais da Previdência Social no Brasil, de solidariedade e responsabilidade de cada geração com a anterior.

"Não é reforma. É desmonte"

"Isso não é reforma. É desmonte", denunciou a auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli no Seminário Nacional contra a Reforma da Previdência, organizado pela CSP-Conlutas no último sábado, 4/2, em São Paulo, conforme destaca o



Reforma imposta por Temer aponta retrocesso de direitos historicamente conquistados

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE).

É mais uma ação de desmonte promovida pelo governo Temer, que já conseguiu aprovar o congelamento dos recursos para educação, saúde, assistência social e outros serviços públicos e direitos sociais por 20 anos. E já conseguiu impor, de cima pra baixo, uma apressada e absurda reforma do Ensino Médio, de consequências imprevisíveis para a qualidade de ensino e para o acesso das novas gerações à educação pública de qualidade.

O mito do "rombo da Previdência"

No mesmo seminário, Vilson Antonio Romero, presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) provou, com dados apurados anualmente, que não há déficit na Previdência, e sim uma manobra, baseada em mentira, do governo nos cálculos divulgados na mídia.

Ele alertou que o governo exclui da Previdência todas as receitas que compõem a Seguridade Social, responsável constitucionalmente pela Saúde, Assistência Social e Previdência. "O governo faz contabilidade criativa dando pedala da ao misturar dados e não especificar essa conta", ironizou.

Proposta do governo causaria prejuízo ainda maior às mulheres trabalhadoras

Além de todos os efeitos negativos para os cidadãos em geral, a proposta de reforma da Previdência do governo Temer pode causar prejuízo ainda maior às mulheres. Já submetidas a múltiplas jornadas de trabalho, em casa e fora dela, em uma sociedade marcada por machismo, pouca divisão de tarefas no lar, salários mais baixos para mulheres que para homens em uma mesma função de trabalho, elas sairão perdendo mais ainda, tendo a maior elevação no tempo necessário para aposentadoria.

O aumento da idade mínima resultará em maior tempo de trabalho obrigatório para as mulheres, com a aposentadoria só podendo ser conquistada aos 65 anos. Uma afronta ainda maior a um direito conquistado historicamente, fruto da luta das mulheres em todo o mundo e do reconhecimento da sociedade à histórica sobrecarga enfrentada por elas.

Como se não bastassem tantos ataques, as mulheres brasileiras ainda tiveram de sofrer com as declarações preconceituosas e absurdas do deputado relator da reforma da Previdência, Arthur Maia (PPS-BA), que defendeu que um "regime de contribuição mais brando para as mulheres" só se justificaria para mulheres casadas ou mães.

A declaração exala machismo, preconceito e injustiça, tratando as mulheres como cidadãs de segunda categoria, que só passariam a ter reconhecimento a partir das "funções" de esposa ou mãe. Mulheres de todo o Brasil repudiaram a afirmação do relator, que só comprova o enorme perigo que a população corre, com um governo construído por esse tipo de concepção tão retrógrada e equivocada.



"Nenhuma a menos. Nenhum direito a menos" no Dia Internacional da Mulher

8 de março contra a reforma

Para reforçar a luta contra essas mudanças tão graves na lei, as mulheres brasileiras estão construindo o 8 de março especialmente dedicado, neste ano, a denunciar as medidas do governo Temer e combater a reforma da Previdência. O Dia Internacional da Mulher será marcado por atos e manifestações em todo o País, chamando atenção da sociedade para os efeitos da reforma sobre as mulheres e para a necessidade de derrotar essa proposta.

Internacionalmente, estão em curso uma série de lutas que têm em comum o protagonismo de setores oprimidos e a defesa de direitos democráticos mais elementares, como a própria vida. A "Marcha das Mulheres contra Trump", assim como a campanha "Nenhuma a Menos", são exemplos de ações que denunciam a violência contra as mulheres e que devem impulsionar ainda mais a construção do 8 de março em diversos países. Participe.



Sem limites para prejudicar os trabalhadores

Na ânsia de aprovar mais e mais pacotes de maldades contra a população, o governo Temer apresenta uma proposta de Reforma da Previdência que chega às raias do absurdo, ultrapassando qualquer noção de justiça, bom senso, respeito.

Se a reforma for aprovada como está, mesmo profissionais como policiais, pedreiros e agricultores terão de trabalhar, em muitos casos, até depois de 70 anos, independentemente da natureza de suas atividades e das consequências para si e para a sociedade.

SINDSIFCE prepara debate para 15/3, Dia Nacional de Luta contra a Reforma

Reforçando a mobilização das servidoras e dos servidores do IFCE contra a reforma da Previdência, o SINDSIFCE está preparando um grande debate sobre o tema, contando com a participação de especialistas locais e nacionais. Será no dia 15/3, Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência.

A primeira convidada já confirmada é a economista Rosa Maria Marques, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mais informações sobre a programação do evento estarão disponíveis em nosso site www.sindsifce.com.br e no Facebook (Sindsifce Sinasefe). Acompanhe.

A paralisação nacional, nesse dia, foi anunciada inicialmente pelos trabalhadores na educação, recebendo posteriormente adesão das centrais sindicais. Serão várias ações em conjunto, de manifestações a paralisações, inclusive em aeroportos e no Congresso Nacional, para pressionar os deputados federais a votar contra esse assalto aos direitos trabalhistas.

Além do debate e de outras possíveis atividades no dia 15/3, o SINDSIFCE promoverá rodada de assembleias e reuniões em diferentes campi, debatendo a reforma da Previdência e outras questões pertinentes aos servidores.

Na luta contra a reforma da Previdência, conte sempre com o SINDSIFCE!



Centrais sindicais, movimentos sociais e entidades estudantis preparam ações para o dia 15/3

**Lutar, debater,
avançar na consciência!**



Trabalhadoras e trabalhadores de diversas categorias estão em luta

O que fazer?

Trabalhadoras e trabalhadores estão unificando forças para construir ações que objetivem denunciar os efeitos e barrar a reforma da previdência.

- Para impedir que essa reforma da Previdência seja aprovada retirando direitos históricos dos trabalhadores, organize atividades no seu campus. Rodas de conversa com os colegas servidores, com os estudantes e com mães e pais são um instrumento poderoso de debate e esclarecimento sobre os reais perigos da reforma.

- Manifestações para levar a mais pessoas informação e esclarecimento sobre a real situação da Previdência e sobre o golpe da reforma também são essenciais.

- Caminhadas, distribuição de panfletos, conversas com donas de casa, comerciantes, trabalhadoras e trabalhadores são outras formas de avançar nessa tomada de consciência quanto à gravidade do problema.

- Você pode solicitar ao SINDSIFCE, gratuitamente, material impresso para essas atividades, como mais cópias deste Informativo, adesivos, panfletos, faixas para colocar no Campus e usar nas manifestações de rua. Entre em contato com o Sindicato e faça sua solicitação pelo fone 3223-6370 ou pelo e-mail sindsifce@hotmail.com

Saiba quais são os principais perigos e contradições da Reforma da Previdência

O que o governo realmente quer, com mais essa reforma que implica na verdade retirada de direitos, é pagar a conta do golpe e, em nome da própria tentativa de sobrevivência, sem o mínimo respaldo popular e em meio a uma grave crise política e econômica. O objetivo é agradar o grande capital financeiro nacional e internacional. Para quitar essa fatura, o governo quer utilizar como moeda, mais uma vez, os direitos sociais do povo brasileiro.

Se a reforma da Previdência for aprovada como está, todos serão prejudicados. Quem já trabalha verá rasgados os seus direitos, com mudanças de regras após o jogo começar, precisando trabalhar por muito mais tempo para poder se aposentar. Quem ainda vai entrar no mercado já começará sabendo que a aposentadoria será um sonho distante, quase inalcançável, sob condições extremamente adversas. Todos saem perdendo com a quebra da confiança e o desrespeito aos direitos de quem trabalha.



- Mudança nas regras do jogo, depois de a partida começar;
- Elevação para 65 anos da idade mínima para aposentadoria;
- Na prática, o fim da aposentadoria por tempo de contribuição e serviço;
- Muita gente vai morrer antes de conseguir se aposentar;
- A reforma não leva em conta que, em um país imenso como o Brasil, há diferentes expectativas de vida, em diferentes regiões. Nivelando por cima, o trabalhador é prejudicado;
- A reforma também não leva em conta que a maioria da população brasileira trabalha além do recomendado, enfrenta rotina estressante, que leva a muitas doenças, e nem sempre tem acesso aos avanços da ciência que permitiriam elevar a expectativa de vida;
- O governo quer que a reforma já passe a valer para os homens abaixo de 50 anos e as mulheres abaixo de 45 anos. Ou seja, um homem que começou a trabalhar com 20 anos e já tem 30 anos de trabalho não poderá mais se aposentar. Terá de esperar mais 15 anos, pra chegar aos 65 de idade e 45 de trabalho. Isso é justo?

- A idade mínima para aposentadoria, estabelecida em 65 anos pela atual reforma, ainda será elevada progressivamente, conforme aumente a expectativa de vida. Ou seja: o que já é terrível ainda vai piorar mais, ao longo dos anos;
- A reforma eleva de 65 para 70 anos a idade para recebimento do Benefício de Prestação Continuada, pago aos idosos e às pessoas com deficiência e que não contribuíram com a Previdência Social, mas comprovam não ter meios de se manter (vivem, no máximo, com 1/4 do salário mínimo por pessoa da família, por mês);
- O benefício também passaria a ser desvinculado do salário mínimo. Junto com o aumento de idade mínima para requerer, é mais um prejuízo. E logo aos mais pobres, os que mais precisam, e logo na fase da vida em que mais aumentam as despesas com remédios e tratamentos de saúde.
- Os segurados especiais - produtores, parceiros, meeiros e arrendatários rurais e os pescadores - também são gravemente prejudicados. Em vez de contribuir com 2,1% do valor da comercialização de seus produtos, valendo também para sua família, eles passam a pagar a contribuição individual em percentual sobre o salário mínimo a ser definido por lei, que deverá entrar em vigor até 12 meses após a publicação da PEC. Entrarão na proposta geral de aposentadoria com 65 anos de idade e 25 anos de contribuição;

- Ou seja, a **PEC 287, da Reforma da Previdência, trata diferentes como se fossem iguais**. Assim, reproduz e amplia as alarmantes desigualdades sociais em nosso País.